

Educação: Ensino/aprendizagem do mapa e pelo mapa em Geografia

*Elizabeth de Souza Machado-Hess*¹

Resumo

O mapa em si ou o próprio atlas escolar é um recurso didático gráfico e visual de apoio empregado pelo professor de geografia. No entanto, nota-se que uma parte significativa dos profissionais, atuantes na área escolar, carece do devido preparo no conhecimento metodológico adequado ao “Ensino do e pelo mapa” para aplicá-lo em sala de aula. Este artigo aborda, inicialmente, os temas da Educação, da Formação de professores e do currículo. A seguir, trata do processo de ensino/aprendizagem do mapa e pelo mapa em Geografia.

Palavras-chaves: Educação, Ensino, Geografia, Mapas

1 Introdução

O mapa em si ou o próprio atlas escolar é, certamente, um recurso didático gráfico e visual de apoio empregado pelo professor de geografia, bem como por outros educadores de áreas afins, como estudos sociais. No entanto, é importante, também, que haja a adequação do recurso didático à função que se quer desenvolver, seja ela cognitiva, afetiva ou psicomotora.

Diante deste contexto, estudos sobre uma metodologia do mapa e do atlas voltada ao processo de ensino-aprendizagem em geografia e áreas afins, cumpriria a contento o papel de apoiar o professor disposto a fazer uso de recursos didático visuais como meios de expressão de diferentes saberes para os professores e seus alunos nas suas práticas educativas. Lembra-se que, infelizmente, uma parte significativa dos profissionais atuantes na área escolar carece do devido preparo no conhecimento metodológico adequado ao “Ensino do e pelo mapa” para aplicá-lo em sala de aula. Além do que, o professor deve estar

¹ Aluna do Curso de Pedagogia para Licenciados da FAC São Roque – Uninove.
Doutoranda do Programa Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
e-mail: elisa_go_sp@yahoo.com.br

ciente do papel dos mapas agregados ou não em atlas como instrumentos de apoio que ajudam a construir a forma do aluno pensar, entender e se posicionar diante do mundo.

Este artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: inicia com uma discussão sobre Educação, a Formação de professores e o currículo; a seguir, trata do processo de ensino/aprendizagem do mapa e pelo mapa em Geografia perpassando pela metodologia dos atlas; finalmente, apresentam-se as conclusões.

2 Educação, formação dos professores e currículo

A Educação busca promover a aprendizagem através dos métodos de ensino. É composta por níveis: educação Básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) e formação superior (acadêmica). Além disso, trabalha com a Formação de Professores e com o Currículo.

A formação de Professores deve ser tratada não apenas sob o ponto de vista da qualidade da formação inicial, dos cursos de aperfeiçoamento etc., mas como um processo reflexivo e crítico sobre a prática educativa e nas suas reais condições de trabalho.

O currículo, por sua vez, pode ser conceituado como um “[...] *instrumento que veicula idéias para uma melhor atuação dos professores*”² Para tanto, nele estão embutidos: conteúdos, recursos pedagógicos (no caso, nos interessa os atlas escolares) e seus métodos de uso e aplicação.

No que tange à cartografia, mudanças inovadoras nos currículos, bem como nos programas de Geografia, vêm influenciando o surgimento de novos Atlas Escolares, segundo Felbeque (2005).

Almeida (2001, p.50), por sua vez, ao analisar o processo de desenvolvimento efetivo do Currículo, aponta que o mesmo só acontece se estiver atrelado ao do Professor. Dentro deste contexto, os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1988³, conhecidos como PCN's, elaborados pelo Ministério da Educação (MEC), têm como objetivo maior o desenvolvimento das competências e das habilidades dos alunos. Trata-se de uma referência curricular básica

² ALMEIDA (2001, p. 50).

³ A Lei Federal n. 9394 de 1996 – a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), usualmente denominada “Lei Darcy Ribeiro”, determina como competência da União, o estabelecimento, junto aos Estados e Municípios, das diretrizes que orientem os currículos e seus devidos saberes, de forma a garantir uma formação básica comum a todos. Nesse sentido, foram elaborados os PCN's para o ensino fundamental (BRASIL, 1988)

Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 2 – nº 1 - 2011

para todo o país, no sentido de fomentar, escolas públicas e privadas, no trabalho de elaboração dos currículos.

O Estado de São Paulo, através da sua Secretaria Estadual da Educação (SEE), possui um material próprio, voltado para o controle de qualidade de ensino. Esse material faz parte de um projeto denominado “Percurso de Aprendizagem”.⁴ Ele retoma, de forma similar, as áreas de estudo dos PCN's, porém, as disciplinas estão divididas em três grandes áreas:

- Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias (matemática, física, química, biologia e suas tecnologias)
- Ciências Humanas e suas Tecnologias (história, geografia, sociologia e filosofia)
- Linguagens⁵, Códigos e suas tecnologias (língua portuguesa, literatura, artes, educação física e língua estrangeira)

O objetivo desse material não é de tomar o lugar do livro didático, mas, apenas servir de “Guia”. É de oferecer uma síntese de conteúdos, referências bibliográficas, recomendações de estudos e exercícios. Segundo a SEE, a grande vantagem desse material em relação aos PCN's é de que ele vai além de recomendações gerais para disciplinas, pois busca através das avaliações a sua aplicabilidade.

Desta, forma, a partir de 2008, a título de primeira etapa, o ensino médio oferecido por todo o Estado de São Paulo, passou a receber esse material didático, elaborado pelo Estado, para cada uma de suas séries para os alunos e uma versão para os professores responsáveis pela adequação do livro didático ao novo material.

Após essa primeira etapa, foi a vez do ensino fundamental (I e II). Assim, toda a educação básica passou a contar com tal material. Para a 1.^a à 4.^a série, o Estado utilizou o material produzido pela Prefeitura de São Paulo, com ênfase em leitura e escrita.

O Estado, desta maneira, espera garantir o conteúdo mínimo que os alunos das escolas públicas devem aprender. Pois, tais conteúdos serão cobrados em exames, como no SARESP (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo), cuja meta é aferir e padronizar o rendimento escolar da rede pública de ensino.

⁴ Disponível em: <http://www.izabelsadallagrispino.com.br/index.php?option=com_content&view=Article&id=1318:parametros-de-qualidade&catid=103artigos-Educacionais&Itemid=295>. Acesso em: 25 nov. 2010.

⁵ A nosso ver, a cartografia estaria aqui, dentre as linguagens e os códigos.
Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 2 – nº 1 - 2011

Retomando os PCN's, entendemos que o seu objetivo principal é fortalecer a unidade nacional e a responsabilidade do Governo Federal para com a Educação, com vistas à melhoria da educação brasileira como um todo.

Vale ressaltar que na elaboração e implementação do currículo há relações de poder, pois o mesmo transmite visões sociais particulares de um modelo de sociedade e homem, produzindo identidades individuais. Na visão de Moreira e Silva (2010), o currículo é um artefato social e cultural. Assim, as concepções de currículo estão, relacionadas também a uma questão de identidade ou de subjetividade, pois vai além de uma questão de conhecimento e de poder, pois se trata de uma identidade.

De posse desse entendimento, buscamos identificar os objetivos gerais para o ensino fundamental, indicados pelos PCN's, a partir de uma visão analítica. Em termos gerais, os objetivos são: compreender a cidadania, diante de a mesma posicionar-se de maneira crítica, conhecer as características fundamentais do Brasil (sociais, materiais e culturais) e valorizar a sua pluralidade em termos de patrimônio sociocultural, bem como de outros povos, e perceber-se enquanto sujeito integrante, dependente e transformador do ambiente.

Os PCN's⁶ apresentam, também, de forma separada, os objetivos gerais de cada disciplina. No caso, nos interessa os da Geografia para o ensino fundamental. Dentre eles, destacamos:

“Conhecer e saber utilizar procedimentos de pesquisa da Geografia para compreender o espaço, a paisagem, o território e o lugar, seus processos de construção, identificando suas relações, problemas e contradições”.
Fazer leitura de imagens, de dados e de documentos de diferentes fontes de informação, de modo a interpretar, analisar e relacionar informações sobre o espaço geográfico e as diferentes paisagens.
Saber utilizar a linguagem cartográfica para obter informações e representar a espacialidade dos fenômenos geográficos. (PCN,2001,p.122)”

Assim, o ensino da Geografia, ao investir no estudo dos lugares, das paisagens, território etc., tem proporcionado um trabalho interdisciplinar e buscado outras fontes de informação. Nos conteúdos da Geografia escolar, o estudo da localidade e o uso de mapas, constituem um dos objetivos do ensino em questão.

⁶ PCN de História e Geografia (2001), vol.5, p.122
Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 2 – nº 1 - 2011

Diante das perspectivas dos Parâmetros curriculares, os professores de geografia através de uma prática pedagógica intencional, devem ampliar a capacidade intelectual dos alunos do ensino fundamental e sua autonomia enquanto cidadão, para “*observar, conhecer, explicar, comparar e representar as características do lugar em que vivem e de diferentes paisagens e espaços geográficos*”⁷. Maio (2001) coloca que “*o texto dos PCN's funciona como uma das fontes de inspiração para a proposição de um trabalho que pudesse contribuir para o ensino de cartografia e novas tecnologias associadas dentro do programa de geografia das escolas*”. Assim, o estudo da localidade ganhou força com a publicação dos PCN's, desencadeando maior interesse por atlas escolares para o estudo do lugar.

Os objetivos gerais do Ensino Fundamental, bem como os específicos de cada área, estão organizados, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, em 4 ciclos. Cada ciclo corresponde a duas séries do ensino fundamental. Assim, vários estados e municípios, ainda na década de 1980, reestruturaram o ensino fundamental. A adoção desse sistema resultou em uma maior flexibilização da seriação, isto é, abertura de um período de tempo maior para o currículo, e o respeito aos diferentes ritmos de aprendizagens dos alunos, viabilizando assim, uma redução do número de repetências e evasões escolares.

Seja o caso do terceiro ciclo, com seus eixos temáticos⁸, momento de se iniciar o trabalho com mapas. No terceiro ciclo (5ª e 6ª série)⁹, dos 4 eixos temáticos apresentados, temos os dois mais importantes para um estudo dirigido. O Eixo Temático 1, que trata “A geografia como uma possibilidade de leitura e compreensão do mundo”. Aborda “A conquista do lugar como conquista da cidadania”, ressaltando o Lugar como uma das categorias de estudo importante ao ensino da Geografia. Um instrumento necessário na aproximação dos lugares e do mundo.

Freitas e Garcia (2003, p.265) em seu artigo: “Educação cidadã: propostas de materiais didáticos que unem os conceitos de tempo e espaço em sala de aula” resgata através da citação abaixo, o entendimento que:

“[...] do mesmo modo que não há um tempo global único, mas apenas um relógio mundial, também não há um espaço global, mas, apenas, espaços de globalização, espaços mundializados reunidos por redes, [...] as redes são globais e, desse modo, transportam o universal ao local [...] mas as redes também são locais e, nessa condição, constituem as condições técnicas do trabalho direto, do mesmo modo que

⁷ PCN (2001, v..5, p.99).

⁸ Para cada ciclo, há 4 Eixos Temáticos, com seus temas e itens.

⁹ PCN de Geografia (1988, p. 82)

as redes globais asseguram a divisão do trabalho e a cooperação mediante as instâncias não técnicas do trabalho – a circulação, a distribuição e o consumo (SANTOS 1997, 268)”.

Assim, mudanças condizentes ao ensino da Geografia retratam algumas posturas teórico-metodológicas, como a de privilegiar, num primeiro momento, o espaço local, para em seguida estabelecer conexões com a realidade estadual, regional, nacional e global. O regionalismo e localismo retomam os seus lugares de importância no momento em que apontam novos problemas e novos aparatos conceituais para a pesquisa geográfica.

No Eixo Temático 4, intitulado “A cartografia como instrumento na aproximação dos lugares e do mundo”, são tratados temas como: da alfabetização cartográfica à leitura crítica e mapeamento consciente; os mapas como possibilidade compreensão e de se fazer estudos comparativos das diferentes paisagens e lugares.

Assim, os PCN's restabelecem a importância do mapa no ensino da Geografia, pois, “[...] o mapa ocupa um lugar de destaque na Geografia, porque é ao mesmo tempo um instrumento de trabalho, registro e armazenamento de informação, além de um modo de expressão e comunicação, uma linguagem gráfica. (OLIVEIRA, 2010, p.16).”

Os Temas Transversais e a ética, também fazem parte dos PCN's e apresentam certa complexidade em função da sua natureza diferir das demais áreas convencionais do saber. O objetivo maior é que os temas transversais nunca sejam trabalhados de forma isolada, mas ao contrário, que haja uma interação contínua, integrada e atual dos temas transversais nos conteúdos de todas as demais áreas distintas do saber¹⁰. Assim, Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual são temas, que em seu conjunto, receberam a denominação de Temas Transversais¹¹. A escolha dos temas citados, deu-se em função da: urgência social, abrangência nacional, possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental, e para favorecer a compreensão da realidade, das suas teias de relações histórico-social.

3 Processo de Ensino/Aprendizagem do mapa e pelo mapa em Geografia

¹⁰ É preciso levar em consideração que há afinidades maiores ou menores nas áreas do saber, como por exemplo: Ciências Naturais e Saúde ou entre História, Geografia e Pluralidade Cultural. PCN's, 2001. Vol. 8 p. 41

¹¹ O Tema Transversal, sob o título provisório: “Trabalho, Consumo e Cidadania” está na fase de elaboração, segundo os PCN's: apresentação dos temas transversais: ética/Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3 ed. Brasília: A Secretaria, 2001. Vol. 08, p. 29.

Dentro do que foi exposto, uma contribuição para as bases de uma metodologia de atlas geográficos escolares voltados para o ensino-aprendizagem de geografia, no ensino fundamental, seria pautada, em termos gerais, pelos PCN's.

Os PCNs (1998, p.76), “[...]colocam para o geógrafo e para o professor de Geografia a importância da existência de recursos técnicos e didáticos que permitam, em seus estudos e pesquisas, a aproximação com seu objeto de estudo.”

No percurso de pesquisas voltadas a elaborações metodológicas com os encaminhamentos sugeridos existirão momentos oportunos que poderiam demandar a experimentar protótipos de atlas em nível local para municípios paulistas. Em tais ocasiões seria cabível retomar a estrutura do ensino para o estado de SP e a sua interligação com os padrões nacionais.

Os Atlas escolares nessa abrangência espacial, apresentar-se-iam como recursos didáticos de apoio reveladores, desde que a estrutura e os encaminhamentos de uso dos mesmos acompanhassem as etapas do desenvolvimento mental da criança, como afirma Oliveira (1978). Sendo assim, os Atlas escolares não deveriam ser apenas uma mera coletânea de mapas:

“[...] mas sim uma organização sistemática de representações trabalhadas com a finalidade intelectual específica: são representações temáticas selecionadas, construídas a partir de dados consistentes, com o fim de revelar o conteúdo das informações sobre a atualidade, proporcionando ao estudante a compreensão de determinadas questões que a ele se colocam, em busca do conhecimento da realidade em que vive e o cerca .(MARTINELLI, 2008).”

Para o ensino da Geografia ressalta-se a importância de uma alfabetização cartográfica a partir dos anos iniciais da escolarização, pois:

“A imagem como representação também pode estar presente. Desenhar é uma maneira de se expressar. É uma característica desse segmento da escolaridade e um procedimento de registro utilizado pela própria Geografia. Além disso, é uma forma interessante de propor que os alunos comecem a utilizar mais objetivamente as noções de proporção, distância e direção, fundamentais para a compreensão e uso da linguagem cartográfica (PCN, 2001 p.129).”

O termo “imagem como representação” na citação acima, deve ser entendido como uma imagem figurativa ou abstrata de estrutura polissêmica. É certo dizer que qualquer uma

dessas imagens sempre é uma representação, tal como uma peça de teatro, um filme etc. A questão da representação é complexa.

No caso do mapa, o entendemos também como uma imagem, porém, tomando-se o partido de ver a cartografia como uma linguagem em bases estruturalistas, a imagem resultante seria monossêmica, isto é, a monossomia estaria em ser ver na transcrição gráfica as relações que existem entre os componentes da realidade que se quer representar.

O trabalho com a imagem como uma representação figurativa (polissêmica) nos anos iniciais da escolarização é um procedimento auxiliar para o entendimento dos componentes da realidade, contribuindo para despertar a atenção entre os escolares. Seriam, assim, exploradas as fotografias, os desenhos, os grafismos.

Os PCN's não estão livres de críticas e questionamentos por parte de pesquisadores da área e de professores da rede de ensino. Candau (1999) discute a real proposta política por trás da reforma. Macedo (1999), por sua vez, levanta questões voltadas para a implantação dos temas transversais.

Entretanto, concordando com Almeida (2001, p16), não podemos cercear a relevância dada pelo PCN de geografia, para o estudo do Lugar, que abre um leque de possibilidades para uma pesquisa mais aprofundada do espaço local, como espaço cotidiano onde os conflitos mundiais se fazem presente.

Nesse sentido, as metodologia dos atlas escolares deveriam entender o espaço como “*um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações*”, pois esse conceito permite trabalhar com recortes espaciais de análise, sob o ponto de vista que a produção do espaço se dá dentro de um contexto histórico, em que a análise do lugar, permite compreender como se deram e se dão as relações de apropriação do espaço. Onde o lugar é:

“[...] a base da reprodução da vida e este pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos de uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo. (CARLOS, 1996, p. 20)”

Em se tratando do estudo do lugar nas escolas, seja através de atlas municipais ou de aulas expositivas, a categoria “lugar” não deve se ater meramente aos limites administrativos

do bairro e da cidade, pois é no lugar que acontece a empirização do mundo, onde a totalidade se faz presente.

Em se tratando de escolares, a fim de que essa realidade seja compreendida é certa a necessidade de ter como referencial o próximo e o vivido, lembrando que para que o estudo dessa realidade seja efetivo é importante a não fragmentação da totalidade. É preciso que o bairro deixe de ser o espaço absoluto das crianças para tornar-se um espaço relacional, isto é, a partir dele é possível estabelecer outras relações espaciais.

Nas orientações voltadas ao ensino-aprendizagem do e pelo mapa, entramos no campo da Cartografia escolar. Lembra-se que a Educação permeia a Formação Docente e o Currículo, isto é, os conteúdos, os recursos pedagógicos e seus métodos de uso e aplicação, como já foi dito oportunamente.

Sobre este aspecto, Lastoria (2007), chama a atenção para o fato de a cartografia não constar ainda no Currículo Oficial do Ensino Fundamental e Médio como disciplina. A esse entendimento, acreditamos que seria o professor com formação de uma boa Licenciatura, onde nessa sim, houvesse uma disciplina de “Cartografia Escolar”, que faria a diferença na vida dos seus alunos. Posição que compartilhamos. Na verdade, as noções cartográficas, no Brasil, em especial, são ensinadas como um conteúdo do programa de Geografia para as séries finais do ensino fundamental e médio. Lembrando que nos dois primeiros ciclos do Ensino Fundamental os conteúdos curriculares enaltecem o estudo da paisagem local, tendo o espaço vivido das crianças como o ponto de partida.

Os avanços teórico-metodológicos na Educação brasileira, baseados no Construtivismo Piagetiano e na Geografia vista na postura do materialismo histórico e dialético, na década de 1980, foram notáveis. Porém, a Geografia crítica apresentada em sala de aula por professores, não foi fruto de uma construção mental, pois a grande maioria dos professores tomou esse conhecimento para si, da mesma forma que seus alunos, isto é, através dos livros didáticos com seus conteúdos já estabelecidos como na Geografia Escolar Tradicional.

Segundo Straforini (2008), a Geografia Crítica apresentada em sala, não conseguiu romper com o conteudismo da escola tradicional, mas simplesmente passou de um discurso neutro para um dotado criticidade, pois havia a crença que para ensinar bem e de forma atualizada, bastava o conteúdo de a matéria ser tratado de forma crítica. Os mapas, dentro Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 2 – nº 1 - 2011

deste contexto, aparecem como meros instrumentos didáticos, longe de serem instrumentos de pesquisa e distantes do entendimento de que por meio deles, é possível obter pistas da realidade e do entendimento de que compreender o todo, mediante a conexão entre dados, é mais importante do que saber tudo. Lembrando que a realidade está inserida num todo, isto é, numa totalidade, onde o estudo fragmentado da realidade descompromete o aluno na sua formação para a cidadania consciente.

Autores, como Almeida e Passini (1994) qualificam a passagem da linguagem gráfica (desenho), para a linguagem cartográfica (mapa) como um processo de alfabetização cartográfica¹² singular que deve respeitar o desenvolvimento mental da criança, ou seja, o caráter psicogenético da representação do espaço por crianças. Que embora não seja o espaço geográfico, mas, sim, um espaço euclidiano, precisa levar em consideração que esse espaço é a base da Cartografia e reflete a construção das relações espaciais no plano perceptivo (sensório motor) e no plano representativo ou intelectual.

Segundo Piaget (1974), a criança somente consegue construir as noções de espaço por meio do desprendimento progressivo e gradual do egocentrismo. Assim, as primeiras noções de espaço construídas pelas crianças estão presas ao seu espaço prático da ação que se dá por meios dos sentidos e de seu próprio deslocamento no espaço mais próximo de si. Com o desenvolvimento da linguagem e da representação simbólica, a criança dará início ao que se chama de espaço representativo. Desse modo, as relações medianeiras que levam a criança à construção da noção de espaço são as relações: topológicas, projetivas e euclidianas.

As relações topológicas se dão no início do desenvolvimento das crianças. São elas: vizinhança, separação, ordem, envolvimento e continuidade. Já as projetivas permitem a coordenação dos objetos entre si, aqui elas já começam a tirar de si o referencial e colocá-lo em outrem, ou em outro objeto. Nas relações euclidianas, a criança passa a considerar os deslocamentos, as relações métricas, e a colocação dos objetos coordenados entre si num sistema de coordenadas, onde se contam as distâncias a partir de uma origem.

O professor de geografia do ensino fundamental deve entender que não adianta trabalhar com bons mapas, se estes não forem adequados ao estágio de desenvolvimento intelectual de seus alunos, isto é, ao seu desenvolvimento cognitivo e perceptivo do espaço e

¹² Ou iniciação cartográfica, termo mais recente para o ensino do e pelo mapa.
Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 2 – nº 1 - 2011

sua representação. O professor, por sua vez, deve buscar uma metodologia específica que o oriente na leitura e escrita do mapa, como aponta Oliveira (2010).

Tais atividades não deverão vir prontas em livros, atlas ou manuais, mas sim, elaboradas pelo próprio mestre, tido como bom conhecedor das possibilidades de seus alunos, desafiando-os sempre, pois no processo de ensino-aprendizagem, a ação do aluno sobre o objeto do conhecimento é importante para a sua construção. Neste procedimento, é necessário que o professor tenha por certo a sua opção pedagógica, isto é, a sua ação de construção didática.

Neste sentido, Lestegás (2000, p. 111), coloca que os conhecimentos escolares não devem ser concebidos como uma versão resumida, uma mera referência do saber científico. Há que se considerar a diferença entre as ciências de referência e as disciplinas escolares, pois, “[...] *não existe um saber erudito, disposto a ser transformado em saber escolar, mas sim, uma multiplicidade de saberes de referência que respondem a problemáticas e enfoques necessariamente plurais.*”

4 Considerações Finais

As reflexões aqui traçadas constituem-se em uma contribuição no sentido de ressaltar a importância da formação dos professores e da adequação do currículo, no sentido de se promover a utilização de mapas, inclusive quando organizados em atlas, no processo de ensino/aprendizagem de geografia. Desta maneira, os alunos encontrarão nos mapas os instrumentos para buscar e entender a sua própria realidade em um tempo e espaço definidos e próximos dele, sem perder de vista outras escalas espaço-temporais de análise voltadas para a generalização e um maior nível de abstração.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, R. D. **Integrando universidade e escola por meio de uma pesquisa em colaboração.** 2001. 116p. Tese (Livre-Docência) - Universidade Estadual Paulista, 2001.

ALMEIDA, R. D; PASSINI, E. Y. **O espaço geográfico: ensino e representação.** São Paulo: Contexto, 1994.

CANDAU, V. M. **Reformas educacionais hoje na América Latina.** In: Currículo: políticas e práticas. Campinas: Papirus, p. 29-42, 1999.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Hucitec, 1996.

FELBEQUE, R. **Atlas escolares: uma análise das propostas teórico-metodológicas.** *Boletim de Geografia* (Maringá), n.2, p.36-41. 2001. Rio Claro, 2005. Tese (doutorado em Geografia) – IGCE, UNESP.

FREITAS, M.R. e GARCIA, L. B. R. **Educação cidadã: propostas de materiais didáticos que unem os conceitos de tempo e espaço em sala de aula.** *Geografia Associação de Geografia Teórica* – Rio Claro-SP, v. 28, n.2, p. 261-277, 2003

LASTORIA, A. C. **A cartografia escolar e a concepção de atlas escolar municipal.** *Dialogus*, Ribeirão Preto, v. 3, p. 111-126, 2007.

LESTEGÁS, F.R. **La elaboración del conocimiento geográfico escolar: ¿ de la ciencia geográfica a la geografía que se enseña o viceversa ?** Íber - didáctica de las ciencias sociales: geografía e historia (Barcelona), n.24, abr. 2000. p.111.

MACEDO, E. F. **Parâmetros curriculares nacionais: a falácia dos temas transversais.** In: *Currículo: políticas e práticas.* Campinas: Papirus, p.43-58, 1999.

MAIO, A.C. di. **Formação do professor e o ensino de cartografia: velhos e novos desafios.** *Boletim de Geografia* (Maringá), n.2, p.250-259, 2001.

MARTINELLI, M. . **Um atlas geográfico escolar para o ensino-aprendizagem da realidade natural e social.** *Portal da Cartografia.* Londrina, v.1, n.1, p.21-34, maio/ago. 2008.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs). **Currículo, cultura e sociedade,** SP: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, L. **Estudo metodológico e cognitivo do mapa.** São Paulo: USP-IG, 1978.
_____. **Estudo metodológico e cognitivo do mapa.** In: ALMEIDA, R. D. (Org.). *Cartografia Escolar.* 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PIAGET, J. **Formação do simbolismo na criança.** Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SANTOS, M. **Técnica A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1997.

STRAFORINI, Rafael. **Ensinar geografia: o desafio da totalidade – mundo nas séries iniciais.** São Paulo: Annablume, 2008.